

# POLÍTICAS MIGRATÓRIAS NA EUROPA: RIGOR E FECHAMENTO

Lorenzo Prencipe \*

(Traduzido do francês por Sidnei Dornelas)

## O mundo em ebulição

As migrações são um fenômeno mundial que os Estados Nacionais dominam com uma enorme dificuldade. Elas são ligadas por vezes a situações de violência que engendram volumosos fluxos de refugiados e de pessoas deslocadas<sup>1</sup>, senão vejamos: Em 1995 o número destes era estimado em 27 milhões, contra 2,5 milhões em 1975 - um incremento aproximado da ordem de 10.000 novos refugiados/dia<sup>2</sup>.

Outra grande causa das migrações diz respeito às situações de subdesenvolvimento, provocadoras de fluxos de migrantes econômicos. Há cerca de 70 milhões a 85 milhões de não-nacionais<sup>3</sup> no mundo, dos quais três quartos de pessoas dependentes: na Europa, 20 milhões; na África, entre 16 e 20 milhões; na América do Norte, entre 15 e 17 milhões; na América Central e do Sul, entre 7 e 12 milhões; na Ásia do Sul, do Sudeste e do Leste, entre 6 e 9 milhões; na Ásia do Oeste (Países Árabes), entre 6 e 7 milhões.

Estas situações são de uma tal amplitude que não se pode deixar de levá-las em consideração. De fato, sobre os 100 milhões de migrantes que o mundo conta atualmente, a Europa só está aceitando algo em torno de 15 e 20 milhões, a exemplo da América do Norte. Os restantes encontram-se em outros lugares, ao Sul do planeta. A maioria dos pobres continua vivendo entre os pobres, e não tem os meios para emigrar em direção ao Norte rico. Disso depende-se que a ameaça frequentemente difundida de uma grande invasão do Sul em direção ao Norte é injustificada.

## Alguns números acerca das migrações na Europa Ocidental

Pode-se estimar em 17,5 milhões o número de estrangeiros (trabalhadores e suas famílias) vivendo em situação regular nos 15 países da União Européia. Deste total de população estrangeira, apenas por volta de 6 milhões (33,8%) são originários de países da própria Comunidade Européia<sup>4</sup>.

Aproximadamente 50% dos imigrantes são muçulmanos, sendo seu número estimado em 8,5 milhões, em sua maioria oriundos dos países do norte da África e da Turquia. Cite-se que por volta de 75% deles vivem nos três principais países de imigração: França, Alemanha e Reino Unido.

### ESTIMATIVA DOS EFETIVOS ESTRANGEIROS RESIDINDO NA UNIÃO EUROPÉIA EM 1993<sup>5</sup>

| País   | População Estrangeira | %    |
|--|-----------------------|------|
| Alemanha   | 6.878.000             | 8,5  |
| Áustria  | 690.000               | 8,6  |
| Bélgica  | 921.000               | 9,1  |
| Dinamarca  | 189.000               | 3,6  |
| Espanha  | 430.000               | 1,1  |
| Finlândia  | 58.000                | 1,2  |
| França (1990)  | 3.597.000             | 6,3  |
| Grécia *   | 340.000               | 3,3  |
| Irlanda (1992)   | 94.000                | 2,7  |
| Itália   | 987.000               | 1,7  |
| Luxemburgo **  | 143.800               | 34,0 |
| Holanda  | 780.000               | 5,1  |
| Portugal   | 131.000               | 1,3  |
| Reino Unido  | 2.001.000             | 3,5  |
| Suécia   | 508.000               | 5,8  |
| <b>Total</b>   | <b>17.747.000</b>     |      |
| Se aos países da União acrescentarmos a Suíça e a Noruega (AELE), o número de estrangeiros ultrapassa os 19 milhões. |                       |      |
| Suíça  | 1.260.000             | 18,1 |
| Noruega  | 162.000               | 3,8  |
| <b>Total</b>   | <b>19.169.000</b>     |      |

\* (DGV, 1995)

\*\* (SESOP, 1995)

## Rigor e fechamento na formulação da política europeia de imigração

Nestes últimos anos, a intensa atividade legislativa dos países europeus teve como primeiro objetivo restringir ainda mais as possibilidades de entrada e permanência dos originários de países de fora da CEE. Por sua vez, as severas restrições impostas à imigração legal de mão-de-obra por parte dos países industrializados aumentaram as pressões sobre os sistemas de asilo<sup>6</sup>. Um número crescente de imigrantes tenta valer-se do asilo político como uma forma para ingressar no mercado de trabalho de um país estrangeiro. A reação local a este fenômeno tem provocado, por um lado, uma forte retração quanto à sustentação oficial dispensada na acolhida de exilados políticos e, por outro, um aumento das atitudes marcadas pela xenofobia e racismo por parte dos autóctones. A situação agrava-se pelo fato de estar havendo um claro crescimento no número de pessoas que buscam asilo no mundo: em 1983, as demandas por asilo na Europa e América do Norte foram de 90.400; dez anos mais tarde elas atingiram 550.000 na Europa e 150.400 nos Estados Unidos<sup>7</sup>. Dos 684.500 pedidos de asilo, cujos casos foram examinados em 1993 na Europa Ocidental, somente 45.100 receberam o estatuto de refugiados, enquanto outros 178.000 foram autorizados a permanecer no país por razões humanitárias.

No conjunto da União Europeia, a noção de "refugiados econômicos" serve doravante para legitimar uma suspeita generalizada com respeito àqueles que pedem asilo e, longe de ser uma tolerância renovada a seu respeito, os últimos anos se transformarão para eles naqueles do fechamento.

O direito de asilo político esteve assim no centro das modificações legislativas (notadamente na Alemanha, na França e na Holanda) que tiveram por objetivo comum a aceleração do exame dos pedidos, fazendo uma triagem rápida daqueles julgados aceitáveis; a redução das possibilidades de apelo e, a limitação - quando não a supressão - do poder suspensivo dos

recursos ainda em vigor. Dessa maneira, o tema da imigração tem figurado em todos os programas eleitorais divulgados nos cinco últimos anos, possuindo como eixos comuns: o reforço dos controles nas fronteiras nacionais; a aceleração da cooperação europeia para a harmonização dos critérios de admissão de exilados e imigrantes; a luta contra as causas da emigração nos países de origem.

Na França, o novo governo saído das eleições legislativas de 1993<sup>8</sup> colocou-se resolutamente numa perspectiva que é ao mesmo tempo de restrição e de segurança com respeito à imigração, expressa na elaboração de três textos de lei concernentes ao direito da nacionalidade, aos controles de identidade e à entrada de imigrantes. O elemento novo vem da forte adesão da grande maioria da população à política restritiva de imigração proposta pelo novo governo. Duas pesquisas realizadas junto à População de jovens estrangeiros ou de jovens nascidos na França, mas de pais

*"Nós pedimos trabalhadores, e foram seres humanos que chegaram"*

vindos do norte da África, logo após a votação da Nova Legislação, o demonstram perfeitamente. Na sua maioria, (de 54% a 78%, segundo a origem), estes jovens declararam aprovar as novas disposições legais, com exceção daquelas que se referem ao reagrupamento familiar<sup>9</sup> (42% de favoráveis e 46% contra).

Na Holanda, por ocasião de uma pesquisa efetuada em 1992, aproximadamente a metade das pessoas interrogadas julgavam que havia estrangeiros demais no país; 15% dentre eles via esta presença como pessoalmente inquietante na vida de todos os dias. Além disso, dois terços dos jovens com idade entre 20 e 25 anos disseram que a Holanda já está cheia e que nenhum estrangeiro deveria mais ser admitido no país.

Na Bélgica, é a legitimidade da presen-

ça dos estrangeiros residindo legalmente que é colocada em causa, quando se fala do despovoamento e do desaparecimento dos habitantes "genuínos" do país. Tomando como exemplo a cidade de Anvers, segundo os "nacionalistas", a cada ano 4.000 habitantes da cidade seriam substituídos por 3.500 estrangeiros: "se medidas apropriadas não forem rapidamente tomadas, daqui há dez anos a cidade estará nas mãos dos estrangeiros".

Em Londres, por ocasião das eleições parciais de outubro de 1993, não somente a extrema-direita fez a demonstração de sua capacidade crescente de mobilização, mas também certos membros do Partido Liberal Democrata não hesitaram em deixar transparecer seus sentimentos racistas nas suas publicações eleitorais.

Na Itália, a nova organização política denominada "Liga Norte" indica claramente a sua rejeição a qualquer tipo de nova imigração. Existe até mesmo a vontade de restringir a liberação das autorizações de permanência no país e de reagrupamento familiar, bem como

o propósito de expulsar a todos os estrangeiros em situação irregular e de fechamento dos Centros de Acolhida previstos pela lei 39/1990.

Em que pese a politização da questão da imigração não ter poupado nem mesmo Portugal e

Espanha, o clima nesta região parece relativamente mais calmo.

Podemos afirmar, ainda, que as medidas (legislativas e regulamentares) adotadas nos últimos anos visaram, principalmente: reforçar os controles de identidade (Holanda e França); tornar mais drásticas as condições para entrega de títulos de permanência e carteiras de trabalho (Grécia e França); reduzir as categorias de estrangeiros não expulsáveis (França); revisar as práticas de distribuição de vistos (Bélgica e Luxemburgo); penalizar mais severamente quem fornece ajuda à imigração irregular e propicia emprego aos estrangeiros sem documentação; controlar de maneira mais rigorosa a presença de visitantes estrangeiros (França, Bélgica, Portugal); limitar os direitos de apelo (Reino Unido) e, alargar as possibilidades de detenção de estrangeiros quando sujeitos a alguma medida de afastamento (Holanda). Além do mais, alguns Estados aperfeiçoa-

ram a inviolabilidade de seus documentos oficiais (Holanda e França), reformaram o modo de registro do estatuto de residência (Holanda), e desenvolveram sistemas automatizados de registro e de busca de informações sobre os imigrantes.

## Uma presença incômoda

A coabitação paradoxal de trabalhadores estrangeiros e/ou desempregados, e o fosso crescente entre imigração e exigências da produção, favorecem uma percepção negativa de sua presença. Este mal-estar atinge sobretudo as camadas operárias, sobre as quais pesa a confrontação cotidiana e direta com os imigrantes (bairro, moradia, escola, trabalho, meios de transporte), num momento em que estas mesmas camadas sociais sofrem as consequências da crise econômica e social. A estabilização das populações imigrantes, no contexto atual das sociedades européias, produz assim uma dinâmica de mudanças, tanto entre os estrangeiros quanto entre os nacionais: no caso destes últimos, trata-se principalmente de reações defensivas e de rejeição.

Mas a imigração não se constitui apenas em uma presença incômoda silenciosa, pois, no momento atual, impulsionada por suas transformações internas, reivindica crescentemente a participação em todos os níveis da vida da sociedade de acolhida, e, cada vez mais, adquire novas formas de expressão de sua identidade cultural.

Por fim, vale lembrar que, se nos anos 60 e 70 os países da Europa Ocidental recrutaram "trabalhadores convidados", considerando-os simplesmente como mão-de-obra econômica, foi nas décadas de 80 e 90 que tiveram a possibilidade de compreender o aforismo do escritor suíço Max Frisch: "Nós pedimos trabalhadores, e foram seres humanos que chegaram".

\* Lorenzo Prencipe é Diretor do CIEMI (Centre d'Informations e d'Etudes sur les Migrations Internationales) em Paris, França.

### NOTAS

1) A violência e o caos deslocaram no mundo uma população estimada em 12 milhões de pessoas que não são tecnicamente classificadas como refugiados, pois elas não ultrapassaram uma fronteira internacional.

2) Aproximadamente 600.000 refugiados do Burundi foram a Rwanda, Tanzânia e Zaire, em outubro de 1993 após a derrubada do governo democrático. Em abril de 1994, a morte do presidente do Burundi desencadeou massacres que expulsaram cerca de 800.000 pessoas, inclusive refugiados do próprio país. A guerra e a depuração étnica constrangeram mais de um milhão de pessoas a fugir da Bósnia-Herzegovina, com 3,7 milhões de pessoas deslocadas no interior do território. Mais a Leste, 1,5 milhão de pessoas foram forçadas a deixar o seu lar em consequência dos conflitos no Cáucaso e no Yemen.

3) Portadores de passaporte estrangeiro em situação legal, mais a estimativa daqueles que estão em situação irregular.

4) A porcentagem destes últimos no conjunto dos estrangeiros varia muito de um país para outro e só é majoritária em Luxemburgo (96,6%), na Espanha (58,2%) e na Bélgica (57,7%).

5) Os números foram extraídos do Rapport SOPEMI 1995 e referem-se ao ano de 1994. Para a França e a Irlanda, eles foram extraídos do último recenseamento (SOPEMI, 1994; LEBON, 1994).

6) Sete bilhões de dólares são gastos pelos países da Europa Ocidental a cada ano para financiar seus sistemas de asilo.

7) Entretanto, os primeiros dados de 1994 indicam que os pedidos diminuíram cerca de 50%. Em todo caso, países como a Etiópia, o Quênia, o Malawi, o Paquistão e a Tailândia acolheram uma população imensa de refugiados durante longos períodos.

8) Em 1993, em consequência do resultado destas eleições, os partidos de esquerda, em especial o Partido Socialista, tiveram uma redução drástica do número de cadeiras no Parlamento, e viram a ascensão dos partidos de centro e de direita. O gabinete governamental foi completamente reformulado, substituindo-se um primeiro-ministro socialista por um de direita, no caso do RPR (Rassemblement pour la République), gaullista. A reformulação da política migratória foi a principal bandeira da campanha eleitoral, e rápida e firmemente executada. (NdT)

9) O reagrupamento familiar, ou seja, a reunificação de famílias separadas pela migração, principalmente quando pais chamam esposa e filhos (e eventualmente outros parentes) para viverem consigo no país de

Foto: Sidnei Dornelas



Manifestação de refugiados em Paris, 1991, reivindicando documentação.

acolhida, foi uma das principais causas de migração a partir do final da década de 70. Nos últimos anos, vários países considerados de Primeiro Mundo vêm dificultando esse tipo de migração. (NdT)

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEBON, A. (1994) *Situation de l'immigration et présence étrangère en France, 1992-1994*. Paris: DPM, décembre.

SOPEMI-Système d'Observation Permanente des Migrations. (1995) *Tendances des Migrations Internationales, Rapport annuel 1994*. Paris: OCDE, 252p.

DGV. (1995) *Rapport RIMET: Les Etats membres de la CE face à l'immigration en 1993*. Luxembourg: Office des publications officielles des Communautés européennes, 1995.

SESOP. (1995) *Recueil statistique sur la présence des étrangers au Luxembourg au 1<sup>er</sup> septembre 1994*. Luxembourg: SESOP, 1995.